



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ATA nº 17/2025

Ata da 17ª Reunião Ordinária do Fórum Nacional de Atenção à Saúde Mental no Ministério Público, realizada no dia 13/10/2025

Aos 13 dias do mês de outubro de 2025, às 10h30 (horário de Brasília), realizou-se, por videoconferência, a 17ª Reunião do Fórum Nacional de Atenção à Saúde Mental no Ministério Público, sob a condução do Dr. Eduardo da Silva Lima Neto (MPRJ), que iniciou os trabalhos saudando os participantes e destacando a importância da temática da saúde mental no âmbito institucional. O Dr. Eduardo justificou a ausência do Dr. Jairo Bisol (CNMP) que, por motivos de saúde, encontrava-se em procedimento cirúrgico, desejando-lhe plena recuperação. **1. Relato do 1º Encontro Nacional do Fórum.** O Sr. Roberto Itajay (CNMP) apresentou o resumo do 1º Encontro Nacional do Fórum, realizado em Brasília no dia 9 de setembro de 2025, destacando o êxito do evento, o envolvimento de todas as 30 unidades do Ministério Público e o expressivo número de 167 participantes, entre membros e servidores. Informou que todo o material (vídeos, apresentações e fotos) está disponível no Portal do Fórum, no site do CNMP. **2. Resolução CNMP nº 315/2025.** Dr. Eduardo (MPRJ) informou sobre a publicação da Resolução CNMP nº 315, de 23 de setembro de 2025, que complementa a Resolução CNMP nº 265/2023, fixando diretrizes para a atuação das comissões de prevenção a situações de risco à saúde mental. Destacou os prazos de **180 dias previstos nos artigos 15 e 16** para a instituição e adequação das comissões e convocou todos a estudarem o texto, por considerá-lo um avanço relevante na consolidação da Política Nacional de Saúde Mental no Ministério Público. **3. Grupo de Trabalho de Inteligência em Saúde Mental.** Welison Matheus Fontes da Silva (MPSP) apresentou o andamento do Grupo de Trabalho de Inteligência em Saúde Mental, destacando a aplicação da Escala de Copenhague para diagnóstico de riscos psicossociais no trabalho. Explicou que a ferramenta é cientificamente validada, de uso gratuito no Brasil e adaptável às realidades institucionais. O instrumento, segundo relatado, permite identificar fatores de risco e proteção relacionados a estresse, exaustão emocional, recompensas, satisfação e segurança no trabalho. Dra. Cirlene Zimmermann (MPT) reforçou que a aplicação deve ser integrada a outras fontes de informação, como registros de pedidos de remoção, dados da corregedoria e serviços de saúde, enfatizando que o questionário é uma ferramenta complementar, não isolada. Luara Barreto (CNMP) esclareceu que os resultados da pesquisa embasarão a implementação do plano de ação previsto no Manual de Implementação. Luciana (MPPE) e Alessandra (MPSE) relataram experiências práticas de aplicação, levantando questões sobre versões resumidas do questionário e percentual ideal de adesão. Welison recomendou o uso da versão curta (41 questões) e ressaltou que cada unidade ministerial tem autonomia para definir o modelo mais adequado. Luara destacou a importância do envolvimento das lideranças e da aproximação dos profissionais de saúde com as equipes, reforçando o caráter intersetorial e participativo do processo. **4. Comitê de Apoio às Comissões de Prevenção.** Elizângela Peruchi Rampinelli (MPES) apresentou o panorama das comissões locais de prevenção, destacando que todas

as unidades ministeriais responderam ao diagnóstico nacional. Ressaltou a importância da integração entre áreas de Saúde e Recursos Humanos e informou que o comitê está realizando reuniões individualizadas com cada Ministério Público para ouvir, propor ações e oferecer devolutivas baseadas nas Resoluções CNMP nº 265, nº 315 e no Manual de Implementação da referida resolução. **5. Comitê de Estratégias Psicopedagógicas.** Dr. Eduardo (MPRJ) relatou que, sob a premissa de que a educação se consolida pela repetição, o comitê planeja uma segunda rodada de cursos e formações sobre saúde mental, com novos temas e palestrantes, a serem definidos em reunião no dia 15 de outubro. Sandra Zembrzusi (MPRS) sugeriu a reabertura dos cursos já existentes, considerando a entrada de novos integrantes e gestões. Soraia (MPRJ) informou que o Instituto de Educação Roberto Barroso (IERB) disponibilizará até o fim de outubro os cursos “Ambientes Saudáveis” e a “Trilha de Saúde Mental” para todas as unidades do MP, via plataforma Moodle ou links diretos. Dr. Eduardo esclareceu que todos os cursos serão entregues oficialmente às unidades do Ministério Público para livre acesso e reprodução local. **6. Comitê de Enfrentamento às Violências.** Bárbara Garcia (MPPR) destacou que, a partir da Resolução CNMP nº 315, o comitê revisará o fluxo institucional de atendimento e encaminhamento de casos, propondo um modelo nacional de boas práticas. Solicitou que as unidades enviem exemplos de fluxos e sugestões para subsidiar o trabalho coletivo. **7. Comitê de Articulação Institucional.** Dr. Eduardo informou que será feita a entrega oficial dos cursos e materiais produzidos à Alta Administração dos Ministérios Públicos (Procuradores-Gerais e Corregedores-Gerais), durante reuniões do CNPG e CNCG em novembro, para reforçar a adesão institucional às ações do Fórum. Foi ainda anunciada a articulação, em conjunto com a Corregedoria Nacional, para a criação de uma Unidade Nacional de Perícia Médico-Psiquiátrica, composta por peritos credenciados de diferentes MPs, com atuação em formato de consórcio, evitando deslocamentos e otimizando a oferta de perícias técnicas. **8. Apresentação – Experiência do MPPR.** A Procuradora de Justiça Mônica Louise de Azevedo (MPPR) e a psicóloga Cecília Gagetti apresentaram o diagnóstico de riscos psicossociais do MP do Paraná, desenvolvido em 2024. O estudo utilizou o Questionário de Recursos e Demandas de Trabalho (QRDT), instrumento nacionalmente validado, e identificou fatores de risco e proteção à saúde mental. Com base no diagnóstico, foram implementadas ações como: Oficinas sobre fadiga de compaixão; Elaboração do “Guia de Saúde Mental – Cuidando de quem atende”; Lives e capacitações sobre riscos psicossociais; Oficinas para lideranças e ações institucionais de convivência (“Conviver MP”). Dr. Eduardo elogiou o trabalho e sugeriu sua difusão como modelo de referência para outras unidades. **9. Encaminhamentos Finais.** Foram deliberados os seguintes pontos: Produção de um tutorialcurso sobre a Escala de Copenhague pelo GT de Inteligência em Saúde Mental; Continuidade das reuniões dos comitês temáticos; Próxima reunião do Fórum agendada para o dia 1º de dezembro de 2025. Nada mais havendo a tratar, Dr. Eduardo da Silva Lima Neto (MPRJ) agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, registrando votos de pronta recuperação ao Dr. Jairo Bisol. Nada mais havendo a relatar, foi encerrada a reunião às 12h, sendo lavrada e assinada por este signatário, a presente ata.



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Itajahy Lopes**,
Coordenador Administrativo, em 15/10/2025, às 14:06, conforme § 3º do art.
4º do Decreto nº 10.543, de 13 DE NOVEMBRO DE 2020, e Portaria CNMP-
PRESI Nº 77, DE 8 DE AGOSTO DE 2017.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[https://sei.cnmp.mp.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.cnmp.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.cnmp.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código
verificador **1246481** e o código CRC **137B03CB**.
